



SERGIPE

PODE MAIS

LULA
PRESIDENTE

ALCKMIN VICE

13

ROGÉRIO
GOVERNADOR

SÉRGIO GAMA VICE



Sergipe parou no tempo. Diante da inércia da atual gestão para enfrentar as crises econômica, social e sanitária que assolam o país no governo Bolsonaro, o estado vivenciou a escalada da pobreza e da fome. Cerca de 352 mil famílias sergipanas se encontram em situação de vulnerabilidade por insuficiência de renda.

A economia do estado opera com capacidade ociosa, alto nível de desocupação e subutilização de mão de obra. A taxa de desocupação no 1º trimestre de 2022 ficou em 14,9%, a terceira maior do Brasil. A subutilização da mão de obra acelerou de forma dramática, atingindo um patamar de 38,6% em 2022, ante 25,3% em 2015, um percentual superior à média nacional de 23,2% e da região Nordeste de 35,7%.

Em razão da carência de oportunidades, o número de sergipanos em desalento, que não trabalham e desistiram de procurar emprego, também cresceu, especialmente entre os mais jovens. Em Sergipe essa taxa mais que dobrou entre 2015 e 2022, de 4% dos jovens de 14 anos ou mais na força de trabalho para 8,3% em 2022, bem acima da média atual do país de 4,1%.

Os índices de crescimento econômico de Sergipe estagnaram, sem sinais de recuperação. Uma breve análise histórica, a partir dos dados do PIB sergipano mostram a estagnação de alguns setores da economia e até a retração de atividades econômicas nesses últimos anos. Os setores que mais retraíram foram a indústria, a agropecuária e, no setor de serviços, o comércio foi o mais afetado

Esse diagnóstico revela a necessidade de um Governo empreendedor e aberto, capaz de orientar e coordenar os esforços de toda a sociedade sergipana em direção ao crescimento econômico, à sustentabilidade e à inclusão social.



Para enfrentar esses desafios, há que se estabelecer uma nova governança pública, fundada em uma visão de futuro calcada no desenvolvimento sustentável, na qual não se tenha receio de trilhar novos caminhos, rejeitando alianças e práticas que não mais atendem aos anseios da população ou que sejam comprovadamente ineficazes.

Uma governança capaz de restaurar a credibilidade e confiança junto aos diferentes atores sociais: empresários, movimentos sociais, organizações da Sociedade Civil, lideranças regionais e locais.

O novo modelo de governar Sergipe será guiado pelos seguintes compromissos:

I. Democratização das relações sociais, mediante o combate às desigualdades e à exclusão social;

II. Gestão descentralizada, no sentido de aproximar decisões dos fatos que as ensejam, o que implica adotar modelos organizacionais de alta capilaridade, capazes de assegurar um elevado grau de resolubilidade de demandas nos postos de atendimento de serviços públicos;

III. Controle social das políticas públicas através da participação de todos os interessados – dirigentes, servidores, sociedade – e da transparência nas decisões e ações;

IV. Desenvolvimento local em bases sustentáveis, segundo as características específicas de cada região e mediante o fortalecimento das instâncias locais e regionais de decisão e execução de serviços públicos;



V. Ajustamento da Administração Pública às prioridades de Governo e às necessidades de uso mais racional dos recursos, evitando que a dispersão de ações ou o desperdício, particularmente no que diz respeito ao capital intelectual dos agentes públicos, possam colocar em risco a melhoria continuada na qualidade dos serviços prestados à população;

VI. Integração e coordenação de políticas, planos, programas e projetos, a fim de obter a maior sinergia possível no uso dos recursos disponíveis e dar a perceber à Sociedade que os problemas que a afetam serão tratados pelo Governo não de uma forma segmentada e parcial, mas segundo uma ótica que compreende a natureza sistêmica desses problemas e das ações que devem ser executadas para resolvê-los;

VII. A capacitação e desenvolvimento dos quadros técnicos e gerenciais do Poder Executivo, de modo a formar pessoas comprometidas com a missão das organizações públicas e os resultados delas esperados, bem como de participar ativamente na formulação e execução do processo de mudanças;

VIII. A responsabilização dos dirigentes das organizações públicas pelo desempenho dessas organizações, através de mecanismos contratuais que permitam deixar claro, a todos os envolvidos, seus direitos e obrigações na consecução dos objetivos e metas consignados nos planos de Governo.

IX. A inovação na gestão dos entes públicos, dotados de maior autonomia no que se refere aos rígidos controles impostos à Administração Pública, especialmente quanto às áreas de gestão e de pessoal. A criação desses novos tipos de organizações, sobretudo nas áreas de habitação, saúde, educação e cultura, pesquisa científica, tecnologia e meio-ambiente, buscará dotar a



máquina pública de organizações melhor capacitadas a alcançar resultados e ampliar a esfera pública não-estatal;

X. A flexibilização dos métodos de gestão, garantindo-se, por um lado, que os servidores, uma vez devidamente qualificados em termos técnico-profissionais e equipados com os meios oferecidos pela moderna tecnologia de trabalho, possam assumir encargos de maior responsabilidade na gestão das organizações públicas e, por outro, que se possam experimentar novos modelos de gestão, novos processos de trabalho e novas formas organizacionais, mais condizentes com a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações estatais.

Uma proposta de Governança Pública empreendedora e democrática tem como principal objetivo reafirmar o papel de liderança e coordenação do Governo estadual na construção e realização de um projeto de desenvolvimento integrado e sustentável, no qual sejam respeitadas as especificidades sergipanas.

Trata-se na verdade de um processo no qual se constrói uma unidade na pluralidade, sem imposição de pensamentos e práticas e considerando a diversidade de experiências da coletividade, garantindo a convergência das aspirações de todos os indivíduos e grupos sociais em torno de um futuro consensualmente compartilhado.

As propostas desse plano de governo resultam, assim, de uma ampla participação popular por meio da plataforma Sergipe de Todos e dos grupos temáticos formados pelos partidos: PT, PV, PSB, SOLIDARIEDADE, PCdoB e MDB.

O Plano de Governo tem como objetivo promover o



desenvolvimento sustentável do estado de Sergipe, atentando para a necessidade de contemplar a gestão integrada das seguintes dimensões do desenvolvimento:

- Dimensão social: alcance de um patamar razoável de homogeneidade social, distribuição de renda justa, qualidade de vida decente, igualdade no acesso aos recursos coletivos;
- Dimensão cultural: respeito ao equilíbrio entre tradição e inovação, pluralismo, respeito e valorização da cultura local;
- Dimensão ecológica-ambiental: manejo adequado dos recursos naturais e preservação do equilíbrio ecológico;
- Dimensão territorial: configurações urbanas e rurais balanceadas, melhoria do ambiente urbano, eliminação de disparidades intra e inter-regionais;
- Dimensão econômica: crescimento de produto e renda com equilíbrio inter-setorial, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, autonomia de pesquisa científica e tecnológica, inserção soberana na economia nacional e internacional;
- Dimensão política: democracia, com base na pluralidade partidária e participação e controle sociais.

A fim de operacionalizar a nova governança pública em Sergipe, faz-se imperativo estabelecer o consenso de todos os setores envolvidos – Estado, Sociedade, Mercado – sobre o futuro desejado e objetivos e metas a estabelecidos para a viabilidade real desse futuro. Este consenso é fundamental para a possibilidade de formular e implementar as estratégias necessárias



e mobilizar os atores sociais. Assim, transforma-se a realização do desenvolvimento sustentável em um processo de aprendizagem e participação coletiva.

- A formulação e implementação das estratégias que viabilizem a proposta de Governo requer a compreensão de cada sistema e de suas interações com os diferentes campos de conhecimento científico, em um espectro que cobre disciplinas de ciências naturais e sociais.

- A maioria dos problemas que são objeto do desenvolvimento sustentável não podem ser resolvidos a partir de uma ótica setorial. Sua solução exige a mobilização de informações, conhecimentos, competências e recursos que estão dispersos em diversos ambientes profissionais, setoriais e institucionais.

- A priorização da alocação de recursos requer aproximar a provisão de bens e serviços coletivos das populações, em nível de territórios locais, mediante adequada integração com níveis regionais e nacionais.

- A participação da Sociedade Civil pode e deve ser considerada no processo decisório de alocação, uso e repartição de recursos coletivos.

- A formação de redes e o estímulo aos arranjos inter organizacionais são essenciais para favorecer a cooperação na solução de problemas de interesse comum. Baseiam-se na autonomia, na interdependência, na troca de informações, em confiança e reciprocidade, na negociação e na mutualidade.

- Planejar o desenvolvimento, de forma participativa, deve ser entendido como atividade contínua, sistemática e permanente,



modelada de forma a tornar a concepção e gestão dos planos estratégicos atos participativos e ascendentes, regionalizados, descentralizados e integrados.

Para contemplar os princípios gerais formulados e fomentar o desenvolvimento integrado e sustentável do Estado de Sergipe, as ações de governo devem considerar alguns eixos estratégicos, formulados e ampliados no corpo deste Programa de Governo:

- Inclusão Social, Cidadania e Garantia de Direitos Sociais

Ação essencial para viabilizar a inclusão social e a cidadania é investir na educação, na saúde, na promoção e assistência aos grupos sociais mais vulneráveis e no estímulo as formas de convivência comunitária e manifestações culturais típicas.

- Regionalização e Descentralização

A descentralização dos planos e ações de Governo para as regiões e municípios constitui dimensão inseparável de um projeto de Governança Pública cuja finalidade é promover o desenvolvimento sustentável, com base na democracia participativa e na consolidação dos direitos de cidadania.

O papel do Governo estadual passa a ser, principalmente, o de regionalizar o planejamento e as políticas públicas, estimular a criação de parcerias e alianças estratégicas entre os municípios e disponibilizar aos municípios apoio técnico e recursos, quando se fizerem necessários.

- Desenvolvimento Econômico e Tecnológico Sustentável

O desenvolvimento pensado em termos regionais e locais,



de integração e de sustentabilidade, implica inventar novas formas de relacionamento público/privado e delinear um projeto estratégico de desenvolvimento que reflita a visão de futuro de uma coletividade envolvida ativamente na sua formulação e materialização.

Cabe lembrar, que o próprio conceito de desenvolvimento foi radicalmente alterado, ultrapassando a simples identidade com o crescimento econômico para incorporar o conceito de melhoria sustentada da qualidade de vida da população como um todo, de respeito às vocações e especificidades regionais e locais, de melhoria na distribuição de renda, de universalização do acesso à educação, à saúde e aos bens culturais, de participação nas decisões políticas e de bem-estar das futuras gerações, via preservação do meio ambiente.

Planejar o desenvolvimento deve ser entendido como atividade governamental contínua, sistemática e permanente, modelada de forma a tornar a concepção e gestão dos planos estratégicos atos participativos e ascendentes, regionalizados, descentralizados e integrados.

Além de uma vigorosa política de regionalização e descentralização, na qual sejam respeitadas e potencializadas as vocações econômicas regionais e locais, compete ao Governo estadual incentivar a diversificação produtiva, incentivando a maior competitividade da economia sergipana em âmbito regional, nacional e global.

- Combate à Violência e Promoção da Segurança Cidadã

O Governo estadual não pode abdicar de seu papel chave na condução do combate à violência e à promoção da paz social. Cabe



a ele colaborar com outras instâncias de Governo no sentido de implantar um sistema de segurança pública que coloque a defesa da cidadania como princípio e fundamento das ações policiais.

Para que isso ocorra é fundamental instituir programas de ação preventiva com o apoio da comunidade, bem como incentivar uma ação coordenada entre as polícias militar e civil, as guardas municipais e órgãos federais, além de melhorar a qualificação e equipamentos das polícias para que melhor possam cumprir suas funções. O foco é a prevenção do crime e a defesa da cidadania, mediante o apoio de organizações comunitárias.

Modernização da Gestão com Participação Social

O processo de reinvenção do Poder Executivo sergipano deve favorecer ações de engajamento e comprometimento com políticas para:

- A criação de mecanismos novos e mais eficientes de divisão do trabalho, direção, coordenação e controle na prestação de serviços públicos;
- O comprometimento de todos os níveis hierárquicos das organizações públicas com a missão socioeconômica, os objetivos e as metas dos respectivos órgãos e da Administração estadual como um todo;
- O engajamento de dirigentes e servidores em um processo de melhoria contínua;
- A responsabilização das agências públicas no que respeita ao desempenho e aos resultados das políticas, programas e projetos;



- O estabelecimento de parcerias e alianças estratégicas, redes Inter organizacionais e outras formas de ação integrada, a fim de conferir aos órgãos públicos estaduais ênfase na resolubilidade das demandas da população;

- O envolvimento ativo da sociedade civil, através de suas organizações mais representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas.

Acreditamos na potencialidade do nosso estado e da nossa gente. O grave momento histórico que atravessamos exige coragem e um projeto inovador do tamanho dos nossos desafios. Conclamamos as forças da sociedade sergipana a se juntarem ao desafio de reconstruir o nosso estado, promovendo emprego, saúde, educação, renda, desenvolvimento sustentável, preservação ambiental, estabilidade, democracia, autoestima e esperança para o nosso povo.

Sergipe pode mais!